

## Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas

*Political and social protagonism in the old age:  
sceneries, potentialities and problems*

Adriano da Silva Rozendo  
José Sterza Justo  
Mariele Rodrigues Correa

**RESUMO:** A presença cada vez mais ativa dos idosos na sociedade traz à tona discussões sobre a participação política e social nas idades avançadas da vida. O idoso, como um ator de grande relevância na atualidade, vem mostrando seu potencial como roteirista e protagonista da sua própria história. Contudo, muitos espaços constituídos verticalmente, voltados para este fim, tornam-se artificiais e acabam suprimindo a espontaneidade de muitas protagonizações. Seja como for, o importante é abrir espaços para as diferentes expressões de participação social e que elas encontrem sua legitimidade e lugar no conjunto dos protagonismos que dão vida e sentido ao mundo.

**Palavras-chave:** Idoso; Protagonismo; Sociedade.

**ABSTRACT:** *The active presence of the old ones in the society brings up discussions about the political and social participation in the advanced ages of the life. The senior citizen, like an actor of great relevance in the present time, shows their potential as scriptwriter and protagonist of their own history. However, many spaces constituted vertically, turned for this aim become artificial, abolishing, many times, the spontaneity and potential of these actors. Anyway, the important thing is to open spaces for the different expressions of social participation and that they find their legitimacy and place in the set of the protagonism that attaches life and sense to the world.*

**Keywords:** *Senior citizen; Protagonism; Society.*

## **Introdução**

O envelhecimento populacional é uma realidade que vem sendo, gradativamente, assimilada pela contemporaneidade. O aumento da expectativa de vida, a redução das taxas de natalidade, os avanços da ciência, as políticas de atendimento, os serviços públicos e privados, assim como tantos outros produtos específicos e tecnologias dirigidas à terceira idade, são materialidades usualmente apontadas nas justificativas da elevação do percentual de população idosa no Brasil e no mundo. As estimativas feitas a partir dos recenseamentos demográficos indicam, ainda, a tendência de aumento da proporção das idades avançadas sobre as demais, projetando assim, a velhice como a idade do futuro. O culto à juventude e ao novo, fortemente fustigado pela mentalidade moderna, terá que se redimir à forte presença dos sexagenários no cenário social, assimilando os signos da velhice.

Crescendo numericamente, o idoso ocupa um papel cada vez mais significativo na sociedade contemporânea, demarcando seu espaço no âmbito econômico, político, cultural e social. A figura do idoso na atualidade, como personagem marcante no cenário social, aparece de forma bastante distinta quando comparada a períodos anteriores da história, marcados pelo ostracismo, abandono, isolamento e negligência social, relacionados à velhice (Beauvoir, 1990).

No campo jurídico, o idoso assume personalidade própria, a partir da promulgação de diversas leis específicas que regulam direitos, políticas e serviços, dentre elas a Política Nacional do Idoso (PNI), promulgada em 1994, e o Estatuto do idoso, em 2003. A Constituição Federal de 1988 é considerada como marco jurídico da formação deste campo legal. Conhecida como ‘Constituição Cidadã’, celebraria os direitos universais do homem, após um longo período de ditadura militar e privações de direitos civis e políticos. Restabeleceria os direitos civis e políticos da comunidade, além da constituição de um Estado democrático e participativo. O voto direto, um direito comum do cidadão brasileiro, com idade igual ou superior a dezesseis anos, é um exemplo de participação social readquirida com a Constituição de 1988.

Mas o protagonismo social na vida política do Brasil não se limitaria apenas à escolha das governanças a cada período eleitoral.

Os chamados “canais participativos” talvez representem as principais garantias de participação popular e de exercício da cidadania na esfera política do país, estabelecidas na Constituição. (Gohn, 2003; Stotz, 2006 & Andrade, 2007).

Dentre os canais de participação popular que se concretizaram na atualidade, destacamos os fóruns de debates e conferências, voltados para o planejamento de políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, meio ambiente etc.) e, principalmente, os conselhos de políticas e de garantia de direitos (como os Conselhos de Assistência Social, Conselhos de Saúde, Conselhos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselhos da Criança e do Adolescente e os Conselhos do Idoso).

Nesse cenário, destacam-se os conselhos do idoso, que atualmente se encontram difundidos em larga escala por todas as esferas da administração pública (municípios, estados, distrito federal e união). Dentre outras atribuições, eles são responsáveis pela fiscalização de serviços e instituições, pelo zelo dos direitos do idoso, pelo planejamento e deliberação de políticas públicas, representando um elo entre essa população e as três organizações de poder. Os conselhos do idoso são, usualmente, por lei, compostos por membros do poder público, como representantes de secretarias e outros órgãos da administração e por membros da sociedade civil, prevendo assim, a garantia de participação de segmentos distintos da sociedade.

Estes conselhos constituem-se como espaços de participação e protagonismo político e social, onde a população idosa pode tomar frente nas decisões políticas que afetam direta ou indiretamente suas vidas e seus interesses, assim como os da comunidade em geral. Os conselhos, os fóruns de debates e as conferências são apenas alguns exemplos de espaços de participação popular, previstos nas leis, nos discursos e em outros tratados políticos. Contudo, não se encerra aí a extensão dos espaços de participação política e social.

No caso do idoso, é possível observarmos a formação de outros canais de participação tão vigorosos quanto os já referidos. Por exemplo, as associações dos aposentados e pensionistas e nas seções dos aposentados presentes nos diversos sindicatos de categorias, como o de professores. A própria aposentadoria confere a muitos idosos o caráter de principal protagonista no seio de muitas famílias, na medida em que estes indivíduos tornam-se seus arrimos.

A ala da “velha-guarda” das escolas de samba, tão tradicionais na cultura brasileira, refletem bem o interesse e o reconhecimento da participação do idoso nos diversos cenários da vida. Os espaços informais, como os da velha-guarda das escolas de samba, são constituídos espontaneamente e mostram o quanto os mais velhos ocupam lugares avalizados e de destaque pela autoridade que conseguiram conquistar na cotidianidade dos relacionamentos.

No presente artigo serão examinadas algumas formas de protagonismo político e social no segmento dos idosos. Partiremos de uma análise conceitual do termo “protagonismo” no cenário cultural e político contemporâneo e, em seguida, faremos uma exposição e reflexão de experiências de protagonização de sexagenários no Conselho Municipal do Idoso na cidade de Assis (SP) e no projeto Universidade Aberta à Terceira Idade da UNESP (Universidade Estadual Paulista), campus de Assis (SP). Por fim, discutiremos a participação social e as diferentes formas de protagonismo como parte da constituição da subjetividade dos sujeitos idosos e como forma de organização política na contemporaneidade.

### **O protagonismo e alguns cenários**

Protagonista e protagonismo são palavras comumente utilizadas no campo da literatura, empregadas para se referir a personagens de uma história, responsáveis pelo desenrolar de um enredo (Justo *et al.*, 2010). No campo das artes cênicas, mais especificamente nos romances da teledramaturgia, protagonista é o personagem principal de uma história, usualmente interpretado por artistas amplamente conhecidos. No campo das ciências sociais, estes termos têm sido utilizados como variantes do termo “sujeito” para designar grupos ou conjuntos de atores sociais que desencadeiam ações e se colocam ativamente na construção da história (Minayo, 2001).

A própria expressão “atores sociais” está sendo amplamente aplicada no lugar do “sujeito”, em uma referência clara ao entendimento de que a sociedade se caracteriza como um cenário de acontecimentos parecidos com o das interpretações das artes cênicas. O emprego do termo protagonista e sua vinculação à literatura e dramaturgia não ocorrem por acaso.

As teorias da Psicologia e Sociologia que utilizam esta nomenclatura privilegiam a linguagem e a narrativa na constituição do homem, atribuindo-lhe a construção da sua realidade e do mundo em que vive (Justo *et al.*, 2010).

Não apenas as artes e as ciências têm-se valido da noção de protagonismo. Os discursos políticos, especialmente neste início de século, não economizam adjetivos ao propagar a importância do protagonismo político do cidadão brasileiro, tal como podemos observar em tratados, planos e normas das diversas políticas setoriais, presentes, por exemplo, nas áreas de saúde, educação e assistência social, que prevêem conferências periódicas com representação e participação popular na tomada de decisões. O protagonista, retratado pela política, é entendido como a implicação direta do cidadão comum na formulação, fiscalização e avaliação das coisas públicas, participando de fóruns de debate, de organizações de bairro, de conferências, conselhos gestores, e de tantos outros canais de gestão política.

A ideia de participação, no campo da política, foi bastante revitalizada no Brasil após o jejum democrático imposto pela Ditadura Militar, e recebeu, ainda, um forte impulso do avanço da modernidade ou do salto pós-moderno, segundo alguns autores, que se acelerou no final do século XX. Harvey (1992: 48), por exemplo, destaca como elemento paradigmático da cultura pós-moderna, dentre outros, o apelo à participação, diferentemente da cultura moderna clássica que promovia a noção de distanciamento entre governantes/governados, patrão/empregado, capital/trabalho, chefe/subordinado, pais/filhos, velhos/jovens, profissional/cliente, ciência/senso comum e assim por diante.

O pós-moderno, segundo o autor, estimula a proximidade, a pluralidade, as relações horizontais; encurta distâncias, desfaz fronteiras, estimula as parcerias, arranjos entre as diferenças e dissuade o confronto. A noção de conflito, tão cara à modernidade e que foi sua marca fundadora, perde força na mentalidade pós-moderna mais afeita à composição, à negociação, à bricolagem e todas as formas de co-existência. Por isso mesmo observamos na contemporaneidade a ascensão do pensamento ecológico, das ideias de auto-sustentabilidade e da própria noção de participação. O cidadão atual não é mais mantido à distância, mas sim é chamado a participar e auxiliar nas mais variadas tarefas e a opinar sobre assuntos diversos. Pais são chamados a participar da educação escolar dos filhos, familiares são convocados a colaborar em tratamentos de saúde física e mental de seus membros acometidos por alguma doença ou transtorno, e assim por

diante – coisas inimagináveis dentro do rígido espírito de hierarquia do pensamento e da organização social tipicamente modernos.

Esse clima de distensão, de dissuasão do espírito beligerante, de aproximação e composição das diferenças e das divergências é bastante propício para a requalificação do idoso como ator social e como participante ativo da construção de sua vida e do seu mundo.

A noção de participação combina intimamente com outra noção preciosa da pós-modernidade: a de micro-narrativa. Segundo Lyotard (2000), a cultura pós-moderna prima pela produção de micro-narrativas no lugar das grandes narrativas ou das narrativas totalizantes típicas da modernidade. No campo da política, as meta-narrativas da modernidade - histórias capazes de abarcar toda a humanidade em um sonho universalista e totalizante - propiciaram o surgimento de ideologias e de sistemas sociais e políticos homogeneizantes, baseados em organizações amplas e onipresentes.

As micro-narrativas da atualidade, diferentemente, primam por uma visão relativista, desdogmatizadora e refratária à busca de um absoluto. Acompanham o surgimento das práticas micro-políticas e dos movimentos sociais organizados setorialmente ou por segmentos da sociedade. Movimentos de bairros, movimento feminista, movimento LGBTTT, de sem-terra ou sem-teto, e assim por diante, revelam essa tendência a problematizar as relações de poder, a governança e a política nas micro-relações e nos micro-espços sociais onde se acreditam estarem cravados os dramas da vida e as possibilidades de seus desenlaces.

A organização dos idosos como segmento político ou como movimento social encaixa-se perfeitamente nessa tendência de produção de micro-narrativas da contemporaneidade. Evidentemente que a micro-narrativa no campo da política bem pode se prestar a estratégias de particularização dos problemas sociais e de divisionismo das forças, como também pode articular causas e ações particulares e locais em um campo de forças maior, fortalecendo assim os processos de mudança e de transformação.

É na especificidade da constituição do sujeito e do exercício da cidadania no contemporâneo que nos propomos a focalizar a figura do idoso como protagonista.

Levantamentos sobre o assunto, realizados em algumas das principais bases de dados do Brasil e do mundo – Portal da CAPES; Scielo; Google Acadêmico; PsycLIT; Portal Teses e BVS-Psi – revelaram que o protagonismo na velhice vem sendo considerado como algo extremamente importante, sendo o foco de muitas produções acadêmicas. Estudos recentes chegam a afirmar que o *empowerment*, entendido como o gerenciamento e o controle de funções sociais, é a base essencial para o bem-estar físico e psíquico nas idades avançadas da vida (Walter; Shneider & Plaumann, 2008).

Pesquisas realizadas no Brasil já apontam a presença dos idosos como atores essenciais na gestão dos programas de atenção voltados à terceira idade (Braido, 2009; Oliveira, 2009), nas Universidades Abertas (Nunes, 2000; Veras & Caldas, 2004); nos grupos de promoção à saúde (Teixeira, 2002) e nos grupos de convivência (Martins, 2006). Outros estudos ressaltam que o protagonismo do idoso tende a extrapolar os limites dos espaços construídos e dirigidos especificamente à terceira idade, espalhando-se para campos mais amplos da sociedade, como a internet (Sousa, 2009) e a política (Faleiros, 2007).

Simões (2007) retrata bem como os longevos vêm ocupando um papel importante no contexto político do Brasil contemporâneo. O autor parte do relato do movimento dos aposentados e pensionistas que culminou em um famoso episódio de protagonização da população idosa, quando trouxe a público seus descontentamentos e mostrou seu poderio de organização e mobilização político-social. O referido episódio ficou conhecido como “mobilização dos 147%”, desencadeado entre 1991 e 1992. A mobilização era contra o projeto de reforma da Previdência Social, que estipulava reajustes menores das aposentadorias e pensões em relação ao salário mínimo. Neste evento, ocorreram mobilizações e numerosas passeatas de idosos em todo o Brasil, tendo a capital paulista como ponto de referência e convergência.

Este episódio demonstra, ainda, que a velhice pode ocupar uma posição de vanguarda nos movimentos sociais, posto que ele se antecipou à ampla oposição ao Governo Collor que somente mais tarde incorporaria a força do segmento jovem, na época cunhado de “Caras Pintadas”.

Seja como for, não se trata de valorizar um ou outro ator ou segmento da população em detrimento de outros ou de sobrevalorizar o protagonismo dos mais velhos e sim de pensá-lo como mais uma força que pode compor, na atualidade, a

potência humana de construção da realidade política, econômica e social do país e do mundo.

Além dos conceitos de protagonismo, de ator social e de *empowerment* já citados anteriormente, há que se destacar, ainda, a expressão *invited spaces*, ou espaços a convite, utilizada por Andrade (2007). Tal expressão designa os canais de participação popular criados pelo governo, onde determinados grupos de cidadãos (idosos, portadores de deficiência, usuários do Sistema Único de Saúde etc.) são convidados a exercer e defender seus direitos políticos e sociais.

Para Cornwall (2002, como citado em Andrade, 2007), por serem espaços criados de cima para baixo, incorrem no risco de excessiva burocratização da participação dos agentes envolvidos, assim como na deslegitimação de outros espaços participativos espontaneamente criados por dada comunidade. Por serem assim, de certa forma artificiais, levam a uma participação ‘a reboque’, na qual o cidadão é conduzido a uma atuação onde não tem liberdade de definir seu papel, onde não encontra espaço para constituir protagonizações mais legítimas e singulares.

Partindo desta visão sobre os chamados canais de participação concedidos pelo Estado, o raciocínio sobre estas tão aclamadas instâncias, inclina-se para uma crítica mais realista, que coloca sobre suspeição a sua efetividade, legitimidade e capacidade de transformação. Contudo, não propomos aqui uma visão nihilista sobre a questão, nem tampouco pretendemos desprezar completamente a importância destes espaços. A experiência comprova, de um lado, as potencialidades destas instâncias e, de outro, a sua ineficiência e precariedade inerentes à sua verticalização. Levando em conta essas diferentes faces do protagonismo social, serão relatadas a seguir algumas experiências de protagonização com idosos, que apontam os desafios e as possibilidades de participação social desse segmento populacional.

### **Experiências de protagonismo social: Conselho Municipal do Idoso e UNATI**

Embora as condições sejam bastante favoráveis para que o idoso possa insurgir-se como protagonista no cenário social, existem muitos desafios e problemas a serem enfrentados.



Um deles ainda é a enorme passividade, resignação, auto-desqualificação e atitude de submissão que persistem nos idosos, fruto de um longo tempo da “ditadura da jovialidade” que se abateu sobre eles. Outra questão importante se refere às armadilhas dos mecanismos formais de protagonização que, a pretexto de franquear a participação, bem podem produzir uma cooptação, anulando o ator/sujeito. Ilustraremos tais desafios e impasses com breves reflexões sobre nossas experiências nesse campo, como membro e presidente do Conselho Municipal do Idoso (CMI), de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo, e como membro do Conselho Estadual do Idoso.

No ano de 2009, por unanimidade de votos (tanto no Conselho, como na câmara dos vereadores da cidade de Assis (SP), que endossou a decisão), foram concedidas cinco cadeiras titulares para a participação de um segmento composto exclusivamente por idosos usuários de programas, projetos e serviços públicos e particulares do município, que até então não participavam das tomadas de decisão deste Conselho. No período de um ano, os usuários ocuparam efetivamente a função de conselheiros, participando assiduamente das reuniões, levantando discussões sobre problemas nos serviços públicos municipais, provocando solicitações de medidas administrativas no aprimoramento e mudanças destes serviços. Enfim, demonstraram a capacidade de levantar problemáticas e discussões que só poderiam angariadas pelos indivíduos intimamente relacionados com a realidade da população idosa, que não poderia ser vivenciada pelos demais conselheiros.

Diante do entusiasmo e assiduidade do segmento de usuários que contrastava com a apatia e a falta de adesão de muitos outros membros, decidiu-se que, nas próximas gestões daquele colegiado, sua presidência deveria ser exercida por um idoso representante deste segmento. A priori, os usuários demonstraram interesse em ocupar esta função, em empoderar-se de tão importante cargo destinado à defesa dos direitos do idoso na esfera municipal. Contudo, na ocasião da eleição, no ano de 2010, nenhum usuário se propôs a ocupar a presidência do CMI, alegando, ‘nas entrelinhas’, não terem ‘capacidade’ para exercer tal função, que supostamente demandaria previamente amplos conhecimentos jurídico-científicos (CMI, 2010). Diante do recuo dos conselheiros representantes diretos dos idosos, o cargo acabou sendo assumido por um representante da sociedade civil.

Esse exemplo do CMI serve para retratar que os conselhos do idoso ainda podem ser tomados como referência de participação social nas idades avançadas da vida, na medida em que é palco de protagonizações legítimas e efetivas dos sexagenários. Por outro lado, mostra bem a dinâmica problemática dos *invited spaces*, que, mesmo quando possibilitam participações mais efetivas, mostram-se alheios à realidade do idoso, emergindo assim, com um lugar estranho, repleto de discursos enfadonhos, de tecnicismos e academicismos jurídicos, totalmente dessintonizado com o cotidiano de muitos sexagenários.

Outra longa experiência que tivemos de contato direto com a realidade dos idosos ocorreu na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Assis. No decorrer de mais de dez anos estivemos à frente desse projeto como coordenador geral, supervisor de estágios e como coordenador de grupos de vivência e oficinas de psicologia realizadas com os participantes, na maioria mulheres acima de 60 anos.

As UNATIs proliferaram nas universidades brasileiras e tiveram um papel importantíssimo na projeção dos longevos e na resignificação da velhice, retirando-a do limbo da invalidação para situá-la em um corredor semântico mais positivo e em uma posição de destaque no cenário social. A forte presença das UNATIs, ainda hoje, na produção de sentido sobre a velhice, tornam-na outro lugar privilegiado para se refletir sobre o protagonismo social do idoso.

Uma primeira consideração a fazer, no entanto, é sobre o recorte operado recentemente no envelhecimento humano, destacando-se dele a denominada “Terceira Idade”, recorte esse no qual as UNATIs tiveram uma participação especial (Correa, 2009). A figura da “Terceira Idade” ou outras de suas variantes como “Feliz Idade”, “Melhor Idade”, “Maturidade”, denotam especificações de referentes, na linguagem, remetidos a diferenciações de objetos na prática social ou na *práxis* (Blikstein, 1983: 53-8). O significante “Terceira Idade” recorta, na velhice, historicamente empalidecida, uma corada parcela desse segmento tida como vivaz, ativa, dinâmica e funcional.

Portanto, ao se trazer a discussão do protagonismo do idoso para o segmento da terceira idade é preciso ter presente as especificidades desse segmento e sua diferenciação da população geral de idosos da qual trata o Estatuto.

Contudo, enquanto uma parcela da velhice tida como ativa e socialmente funcional, ou seja, reconhecida como parte do conjunto dos atores sociais, a Terceira Idade pode ser tomada como núcleo de fomentação do protagonismo da velhice no cenário social.

As UNATIs representam, sobretudo, a abertura do “Templo do Saber” para esse segmento da população alijado, de maneira geral, do ambiente intelectual. Se ainda hoje o acesso à universidade é bastante restrito, era muito mais na época de juventude dessa população que se encontra na casa dos 60 anos. Portanto, adentrar o espaço e o ambiente da Universidade, mesmo que na condição especial de participante de um projeto de extensão, representa um enorme salto no status social, ainda mais no momento em que há uma supervalorização das habilidades e competências intelectuais fortemente associadas ao ensino universitário.

É comum os participantes da UNATI destacarem como ganho principal justamente o fato de poderem realizar simbolicamente o antigo sonho de ingressar na Universidade. Tal realização é ainda mais significativa para as mulheres – grande maioria dos frequentadores das UNATIs que, além de terem suportado um sobrepeso das barreiras de acesso à Universidade, imposto pelas discriminações de gênero, bastante presentes nos idos anos da juventude, ainda tiveram que se conformar com o confinamento no espaço doméstico e nas funções de cuidadora e de maternagem.

Principalmente para a mulher sexagenária que viveu numa pequena urbe ou até passou parte de sua vida na zona rural, pisar o solo de uma Universidade representa um salto para o mundo, para o espaço público, um desatrelar-se das amarras familiares e domésticas para poder ocupar e habitar um espaço social valorizado como lugar de saber e da vitalidade jovial. Rodrigues e Justo (2009), em pesquisa realizada com mulheres participantes de UNATIs, relatam que, entre aquelas que afirmam terem passado por mudanças significativas na vivência da feminilidade, tais mudanças são atribuídas à conquista de maior autonomia advindas de separações conjugais, da viuvez, da aposentadoria, e da independência dos filhos. Como principais mudanças ou expansões da feminilidade na terceira idade apontam a diversificação dos relacionamentos sociais e afetivos, ampliações do tempo livre, do lazer e dos espaços de convivência.

Viagens, excursões, passeios pela cidade, visita a amigos, bailes, jogos de bingo e participação em projetos sociais direcionados especificamente para a terceira idade, como a UNATI, são as realizações concretas mais mencionadas nas falas dessas sexagenárias, segundo Rodrigues e Justo (op.cit.: 183).

A presença maciça das mulheres nas UNATIs e em outros espaços de convivência ou de abertura do cenário social aos sexagenários chama a atenção para a questão de gênero na discussão do protagonismo social dos longevos. Se para os homens a progressão da idade pode representar o enfraquecimento do seu papel social e seu desempoderamento, para as mulheres é o contrário: representa a possibilidade de fortalecer e ampliar sua presença no espaço público, com isso, expandindo significativamente seu papel de protagonista. O avanço geral das mulheres no cenário social, em vários campos, como o da economia, da política, da cultura e da educação, mostra-se também significativo no segmento da velhice, fazendo-as ocupar um lugar de destaque no avanço do processo de participação dos idosos na vida social e de sua transformação em protagonistas.

No entanto, embora se possa verificar a tendência de os idosos ocuparem um lugar de maior visibilidade, força e poder, principalmente quando se particulariza o núcleo da Terceira Idade, ainda estão bem longe de atingirem um nível de protagonismo capaz de colocá-los em igualdade de condições com os jovens e outros segmentos da sociedade, ou de se constituírem como choferes consideráveis na condução dos destinos da própria velhice e da sociedade como um todo.

Tal como pudemos verificar na experiência do Conselho Municipal do Idoso, na cidade de Assis (SP), quando houve uma grande relutância de os idosos assumirem, eles próprios, a coordenação desse órgão, também na nossa experiência de UNATI nos defrontamos com inúmeros obstáculos decorrentes de inseguranças, temores, sentimentos de inferioridade, de incapacidade e atitudes de passividade, fortemente enraizados, que freiam, no plano psicológico, o avanço do protagonismo do idoso.

No espaço-micro político dos grupos e oficinas, a atitude de subserviência aos jovens universitários e ao saber a eles atribuídos era uma constante. Complementarmente, uma atitude geral de passividade e de receptação predominava em todas as atividades realizadas e era difícil substituí-las por posturas mais ativas, espontâneas e autônomas.

Até nos mínimos gestos como o de servir-se de um cafezinho, se comportavam como se estivessem ali para receber, para serem agraciados com um donativo e não para participarem ativamente das provisões materiais, afetivas e sociais daquele espaço.

O halo da Universidade, ao mesmo tempo em que irradia certo brilho para os idosos, é capaz de ofuscá-los inteiramente quando se aproximam da luminosidade desse objeto tão candente do desejo. As amarras psíquicas que freiam possíveis ímpetus de autonomia e de protagonismos se aliam às contenções institucionais que colocam limites aos arroubos de mudança e administram as forças sociais. As UNATIs, muitas vezes, acabam sendo exemplos típicos de *invited spaces* enquanto espaços de protagonismo e de participação concedidos e tutelados. Indubitavelmente, projetam socialmente os idosos e lhes dão um importante suporte de protagonização nos micro-espaços políticos do cotidiano; cerceiam, porém, qualquer possibilidade de atuação na gestão do próprio projeto que os acolhem no interior da Universidade.

Há que se considerar, ainda, que o recorte de idade, tomado como instrumento de formação de populações, como no caso da velhice ou da terceira idade, além de possuir as feições de estratégias micro-políticas da contemporaneidade, reúne uma multiplicidade de condições econômicas e sócio-cultuais que agregam blocos bastante heterogêneos. Sob a denominação de velhice ou mesmo de terceira idade estão reunidos sexagenários homens e mulheres, pobres e ricos, residentes em instituições de longa permanência – asilos – e residentes em casas próprias ou amparados por familiares, dentre tantas outras condições de vida bastante díspares.

A questão do protagonismo passa também por tais condições sócio-culturais capazes de sobreporem a contingenciamentos da idade. Nos recortes mais precisos, capazes de diferenciar dentre os longevos condições de vida bem distintas, quanto aos níveis sócio-econômico, escolar ou de autonomia pessoal, é possível visualizar formas de protagonismo bem específicas, nos moldes das micro-narrativas pós-modernas. Por exemplo, a Terceira Idade, tipicamente constituída por longevos da classe média, com autonomia financeira e disponibilidade para lazer e diversão, adere facilmente a projetos e políticas públicas que estimulam a vida ativa, o consumo, cuidados com o corpo e com a saúde ou desenvolvem organizações próprias como clubes e associações para a defesa e promoção de interesses comuns.

No entanto, são interesses e conveniências bem localizados, voltados para o bem-estar próprio, circunscrito ao pequeno segmento dos pares.

A coletividade maior está fora das preocupações desse protagonismo micro-político e até, de certa forma, hedonista, voltado para a promoção de prazeres restritos, circunstanciais e imediatos como passeios, viagens, bailes e jogos de bingos. Trata-se de uma perspectiva micro-política direcionada para tirar proveito máximo das condições dadas, em vez de se procurar atuar sobre elas para o bem geral e coletivo. É comum se ouvir desses longevos, de forma bem acomodada e individual, que já fizeram bastante pelos outros e que agora é hora de “gozar a vida”, sem maiores compromissos e preocupações.

No entanto, em outros micro-universos de idosos encontramos posturas críticas e combativas como aquela em defesa do reajuste da aposentadoria, deflagrada como germe de insatisfação e oposição ao governo Collor. Resta constatar que o nascente protagonismo do idoso, inserido nas práticas de participação política da atualidade, não apresenta um caráter monolítico e nem uma organização única, mas sim, é multifacetado por injunções várias das esferas da economia, da cultura, da organização social e da subjetividade que delineiam enredos e atuações heterogêneos.

## **Conclusão**

Participação e protagonismo social são conceitos que percorrem análises e reflexões sobre a constituição do sujeito e sobre a prática política na atualidade. Expressam as tendências paradigmáticas da contemporaneidade no sentido de substituir as noções de conflito e luta, até então empregadas predominantemente na compreensão das relações entre os homens e dos processos de mudança social. A própria subjetividade foi entendida dentro desse paradigma modernista como sendo estruturada por embates e antagonismos entre forças, mecanismos e conteúdos psicológicos, tal como foi retratada, por exemplo, pela teoria psicanalítica, em seus primórdios.

A cultura pós-moderna ou da modernidade tardia, como se queira caracterizar o contemporâneo, tende a afastar signos alusivos à beligerância, conflitos, insurgências e a um sujeito aguerrido, exaltando, em contrapartida, signos alusivos à heterogeneidade do mundo, à coexistência pacífica entre os diferentes, a um sujeito pautado por condutas politicamente corretas e harmonizado com a natureza e com a própria humanidade.

Um sujeito não mais de oposição, mas de parceria, um sujeito participante, engajado com os outros na construção do mundo, apesar das diferenças.

A ideia de participação se consagra na política brasileira, sobretudo, com a Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização do país e grande espelho da crença, até então reinante, nas práticas de gestão pública aberta e compartilhada como solução para todos os males da sociedade.

O Estatuto do Idoso reconhece a presença e a importância dos longevos no cenário da sociedade brasileira, conferindo direitos e assegurando o firme exercício da cidadania, principalmente mediante os conselhos instituídos nas esferas municipais, estaduais e na federal, responsáveis pela elaboração e fiscalização de políticas públicas destinadas especificamente a esse segmento. Além do impulso ao protagonismo propiciado pelo Estatuto, outras realizações da sociedade civil, como a criação de associações de aposentados, a criação das UNATIs, serviços e atendimentos especializados e preferenciais a idosos, projetos assistenciais e tantas outras iniciativas também contribuíram para o fortalecimento da presença do idoso no amplo cenário da sociedade e para sua assimilação como força política.

O protagonismo social do idoso, ainda emergente, precisa ser entendido dentro da configuração atual da subjetividade, das relações de poder e da gestão do coletivo.

Não se trata de idealizar esse novo protagonista social, que desponta na figura dos idosos, como um grande diferencial no conjunto das forças políticas, nem de relegá-lo a um segundo plano, seja ou por um descrédito na capacidade de mudança e de contribuição desse segmento da população para a condução dos destinos da sociedade, ou por mecanismos de neutralização, como os *inveted spaces* devidamente programados e controlados.

O protagonismo dos idosos, em franca construção, inscreve-se nas vicissitudes do nosso tempo e está sujeito a todo tipo de acontecimentos. Pode expressar-se como contestação e defesa intransigente dos interesses dos mais velhos contra forças de aniquilamento e dominação, como parceria na construção social, como adesão a micro-narrativas individualizantes e hedonistas ou como outras tantas possibilidades.

O que cabe ponderar é que a expressão “protagonismo do idoso” comporta uma diversidade de possibilidades de constituição de atores sociais, tendo como base as condições sócio-culturais e psicológicas dos sexagenários, engajados nos mais diversos enredos: desde os mais abrangentes e coletivos, até os mais frívolos e individualizados. Seja como for, é como mais uma forma de protagonismo social que encontra sua legitimidade e lugar no conjunto dos protagonismos que dão vida e sentido ao mundo.

## Referências

- Andrade, G. R. (2007). *A Dinâmica da Participação da Sociedade Civil em Conselhos de Políticas Sociais no Município de Piraí*. 193 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- Beauvoir, S. (1990). *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Blikstein, I. (1983). *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix.
- Braido, C. A. (2009). *Protagonismo de idosos em comissões gestoras*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). 163f. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.
- Conselho Municipal do Idoso da Cidade de Assis (CMI). (2010, novembro). *Ata da 10ª reunião ordinária*. Assis.
- Correa, M. R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Faleiros, V. P. (2007, janeiro/junho). Cidadania e direitos da pessoa idosa. *In: Ser Social*, 20, Brasília: 35-61.
- Gohn, M. G. (2003) *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Justo, J.S.; Rozendo, A.da S. & Correa, M.R. (2010). O idoso como protagonista social. *In: A Terceira Idade*, 21(48), São Paulo: 39-53.
- Liotard, J. F. (2000). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Martins, M. T. S. L. (2006, junho). Apesar de... demos a volta por cima, um estudo sobre o empoderamento de mulheres idosas. *Revista Artemis*, 4. Rio de Janeiro.
- Minayo, M. C. S. (2001). Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis de saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1): 7-19. Rio de Janeiro.
- Nunes, A. T. G. L. (2000, janeiro/junho). Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. *In: Textos Sobre Envelhecimento UNATI/UERJ*, 3(5): 1-97. Rio de Janeiro.



Oliveira, G. S. D. (2009). *Gestão e vivências de velhices nas repúblicas de idosos de Santos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo-USP.

Rodrigues, A. P. & Justo, J. S. (2009, dezembro). A resignificação da feminilidade na terceira idade. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 14(2): 169-85. Porto Alegre.

Simões, J. (2007). A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: Barros, M. (org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 13-34.

Sousa, J. K. L. L. (2009, maio/agosto). Caiu na net é jovem? O exercício do protagonismo do idoso na internet no Brasil e na Espanha. In: *Sociedade e Estado*, 24(2): 613-23. Brasília.

Stotz, E. (2006, maio/dezembro). Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. In: *Saúde em Debate*, 30(73/74): 149-60. Rio de Janeiro.

Teixeira, M. B. (2002). *Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde*. 144f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz.

Veras, R. P. & Caldas, C. P. (2004). Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2): 423-32. Rio de Janeiro.

Walter, U.; Shneider, N. & Plaumann, M. (2008, dezembro). Empowerment for the elderly. In: *Gesundheitswesen*, 70(12): 730-5.

Recebido em 09/06/2010

Aceito em 18/06/2010

---

**Adriano da Silva Rozendo** - Mestre e doutorando em Psicologia pela UNESP/Assis, Conselheiro Municipal do Idoso de Assis e membro do Conselho Estadual do Idoso de São Paulo.

E-mail: rozendoadriano@aol.com

**José Sterza Justo** - Doutor em Psicologia Social, docente do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis.

E-mail: justo@assis.unesp.br

**Mariele Rodrigues Correa** - Mestre e doutoranda em Psicologia pela UNESP/Assis; docente da FIO-Faculdades Integradas de Ourinhos (SP).

E-mail: marielecorrea@bol.com.br